

RESUMO

O tema abordado no art. 5º da Constituição Federal (CF) de 1988, insere-se em programas de política pública educacional, haja vista que os conteúdos procedimentais do currículo do Estado de São Paulo – um verdadeiro arcabouço informativo – são transferidos para as unidades escolares (UE). Considerando que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) corrobora a CF, pois se correlaciona com a formação cidadã do educando, bem como a crescente procura pelo Sistema Judiciário brasileiro, principalmente em relação às pequenas causas do Juizado Especial Cível (JEC), procurei, com este estudo: (a) verificar e ratificar a importância de conhecer e de trabalhar essa temática durante a fase escolar, como conteúdo curricular, a fim de orientar o cidadão acerca do seu dever de respeitar e do seu direito de ser respeitado, na vida social, cultural, política e econômica moderna, marcada por recorrentes e rápidas transformações; e (b) sugerir uma proposta curricular interdisciplinar, que envolve as aulas de Geografia, História e Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II, em escolas públicas e privadas, para disseminar os preceitos da Carta Magna de 1988, em especial o Título II, do art. 5º, que trata dos direitos fundamentais do cidadão. Como apoio teórico para esta pesquisa, fiz os levantamentos: bibliográfico, com a finalidade de buscar estudos acerca desse tema, tanto na área da Educação quanto do Direito; e documental, envolvendo as alterações legislativas constitucionais e o texto da BNCC, vigente no sistema educacional brasileiro. A problemática de pesquisa consistiu em encontrar uma maneira de trazer à tona direitos, deveres e garantias, de modo que o indivíduo (no caso, o estudante), apropriando-se de tais conceitos, torne-se capaz de não causar danos a terceiros, e de reduzir, com isso, futuramente a busca pelo Sistema Judiciário. A análise dos resultados obtidos permite a reflexão sobre o assunto e fomenta a discussão acerca da possibilidade de, posteriormente, implementar, no currículo escolar, a proposta aqui sugerida.

Palavras-chave: Proposta de ensino. Constituição Federal. Cidadania, direitos e deveres.

Sistema Judiciário.